

Problema começou em maio, sob sigilo

Fontes do governo admitem que suspensão de pagamentos pode continuar este mês

ARMANDO MENDES

BRASÍLIA — O governo brasileiro começou a atrasar pagamentos da dívida externa já no mês de maio, para tentar conter a queda das reservas em moedas fortes do País. Cerca de US\$ 500 milhões destinados ao pagamento de parcelas da dívida de órgãos da administração direta e empresas estatais não foram liberados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a partir do final de maio e ao longo de junho, antes mesmo da centralização do câmbio anunciada na sexta-feira pelo ministro Maílson da Nóbrega.

Fontes do Ministério da Fazenda (MF) confirmaram ontem os atrasos, que foram citados de passagem no documento sigiloso enviado pelo ministério aos embaixadores brasileiros no Exterior, publicado pelo **Estado** no sábado. "Entretanto, as medidas de proteção das reservas que podem ser adotadas sem uma centralização de câmbio, tais como o atraso no pagamento do Clube de Paris", diz o documento.

As fontes explicaram que a STN vem simplesmente liberando menos do que os órgãos e empresas pedem para cumprir seus

compromissos externos, deixando a cargo de cada órgão a "administração de caixa" que a retenção de recursos exige. Soman-do-se todas as parcelas que deixaram de ser liberadas até o final de junho, esse artifício manteve no País US\$ 500 milhões que deveriam ser pagos a credores oficiais e privados.

A operação foi realizada com toda a discrição, como recomenda a nota do MF aos embaixadores, para evitar uma situação de confronto com os credores. Ao contrário que fez na moratória de 87, o governo quer deixar agora bem claro que só para de pagar porque não tem recursos, diz uma das fontes.

A "administração de caixa" pelos devedores, porém, tem de levar em conta as peculiaridades diversas dos credores, acrescenta a fonte. Bancos oficiais, como o Banco Mundial e o BID, suspendem seus desembolsos para o país em atraso se esse atraso passar dos 60 dias.

Outra fonte admitiu que a STN poderá continuar retendo parcelas da dívida que vencem no mês de julho, embora a concentração de vencimentos seja menor este mês. Além disso, o governo tem agora a possibilidade de emitir títulos da dívida pública para pagamentos de compromissos externos, conforme foi aprovado pelo Congresso há duas semanas.